

22 JAN 1989

Presidente deve ser responsável

SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA

O regime presidencialista requer um presidente responsável e partidos políticos coerentes e atentos para darem respaldo às diretrizes governamentais. A Nova República contraria todas essas exigências requeridas para o funcionamento dessa forma de governo.

O presidente José Sarney, pelos seus antecedentes políticos, parecia ser, pelo menos, enérgico e com qualidades de comando. Conseguiu a proeza de começar como simples jornalista no Maranhão e tornar-se seu governador e chefe político onipotente, arrasando o senador Vitorino Freire, que dominava aquele estado, até então. Quando os deputados maranhenses iam discutir a política de seu estado, na Câmara, a maioria dos parlamentares saía do plenário, porque sempre havia o perigo de tiros e agressões dos que eram a favor ou contra Sarney. Com o tempo, quase todos aderiram a ele, até o Cafeteira, seu maior inimigo.

Experiente e vivendo a luta terrível da política maranhense, quando se tornou presidente da República, esperava-se que governasse com decisão, colocando sua experiência de lutas a bem do País. Acuado e indéciso por ter

substituído Tancredo Neves logo no primeiro dia de governo da Nova República, Sarney perdeu as qualidades de líder da perigosa política maranhense.

Logo no início, fui a Brasília e encontrei um prisioneiro no Palácio do Planalto diante da maior agitação dos reformistas agrários, comandados por Nelson Ribeiro, a qual o presidente intimamente não apoiava. Sarney, contudo, não reagia e dizia que Tancredo havia entregue os problemas da terra para a "Igreja Progressista" e que o ministro havia sido imposto por esta. Ele tinha esperança de se ver livre daquela baderna, pois estavam querendo desapropriar quatro milhões de quilômetros quadrados de terras e me disse que esse assunto não agüentaria mais de dois meses nos canais de comunicação e que, quando mandasse o projeto da Constituinte, este substituiria aquele assunto escabroso, e com isso poderia adiar e reestudar esse plano diabólico de extinguir a propriedade rural.

Essa sua indecisão de deixar o assunto correr criou sérios problemas no campo, que ainda persistem; e a impressão é que o projeto da Constituinte serviu para que ele ganhasse tempo sem tomar decisões e, principalmente, para não desgostar as várias correntes conflitantes que Tancredo convocou

para os Ministérios, tendo até comprometido o Incra para um dos partidos comunistas. Daí em diante, o presidente navegou, ora em águas tranquilas, ora agitadas, quando muito se preocupando em não cair do barco e numa das poucas decisões jogou o País na aventura do Plano Cruzado.

Após isso, dedicou-se a aumentar a inflação com favores e benesses, para conseguir os cinco anos de mandato. Trocou ministros a cada fracasso; favoreceu amigos e nunca se empregou tanta gente para agradar parlamentares, e agora nem eles, nem o presidente, querem assumir as demissões desses funcionários, exigidas por esse novo plano econômico. Os políticos fizeram uma Constituição inviável, que, em última análise, não pode ser integralmente cumprida, mas que resultou no melhor negócio para os mesmos, quando readquiriram o poder de fixar os seus salários e de legislar sobre matéria financeira.

Agora, nesses dias, com o nosso presidencialismo atolado, o presidente anuncia um plano audacioso e sem retorno, editado sem o conhecimento do presidente da Câmara e de seu partido, ignorante do assunto, pois estava passeando no Exterior, bem como o presidente do Senado, ambos como

se nada tivessem a ver com esse problema maior do País.

A Nova República está à beira do abismo. O presidencialismo fracassado, porque o presidente não tem apoio imediato do seu partido e os parlamentares dão de ombros para as dificuldades do Executivo, enquanto o povo atônito não sabe dizer se vale o que Sarney resolveu. A Nova República também está à beira da falência, pois com um presidente que só quis se equilibrar na corda bamba da falta da autoridade e com parlamentares passeadores que não querem ter responsabilidades em medidas que exigem a diminuição do déficit público ameaçam a população brasileira de um colapso na vida econômica. Se esse último recurso para que Sarney continue no seu cargo e o Congresso continue na sua boa vida falhar, o parlamentarismo ou outra forma de governo poderá surgir.

Seria de bom alvitre os parlamentares votarem sim ao plano o quanto antes, porque os brasileiros merecem o mínimo de tranquilidade para poder aguardar, a 15 de novembro, alguém que possua as qualidades de merecer o regime presidencialista e que saiba conduzir o Congresso nas suas funções, que não estão sendo cumpridas e nem respeitadas.

Sérgio Cardoso de Almeida é ex-deputado federal.

ESTADO DE SÃO PAULO